



ANÁLISE DE RISCO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços remanescentes de pavimentação asfáltica tipo CBUQ de acordo com o plano de trabalho 1030130-70, com recursos oriundos do convênio n 830072, em diversas ruas na sede do município de Tauá-CE

INTRODUÇÃO

A gestão de riscos na contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva é medida essencial para assegurar a qualidade do planejamento, da execução e do acompanhamento das ações de infraestrutura e arquitetura demandadas pelas unidades administrativas do Município. À luz da Lei nº 14.133/2021, a análise de riscos deve integrar a fase preparatória da contratação, permitindo a identificação prévia de eventos que possam comprometer a seleção da proposta mais vantajosa, a execução contratual, a regularidade dos convênios e o atendimento ao interesse público.

O mapa contempla eventos críticos relacionados a deficiências de planejamento — abrangendo o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Documento de Formalização da Demanda (DFD), o Projeto Básico e o Orçamento — além de falhas na fase externa do certame e riscos intrínsecos à execução de obras viárias. Foram mapeadas variáveis como interferências físicas, condições climáticas adversas, controle tecnológico do CBUQ, comportamento geotécnico do subleito, eficiência do sistema de drenagem, segurança do trabalho, conformidade ambiental, precisão das medições, gestão de aditivos e garantias contratuais.

As medidas preventivas e de contingência aqui delineadas visam assegurar a governança da contratação, garantindo a qualidade técnica do pavimento, a aderência ao cronograma físico-financeiro e a segurança jurídica de todos os atos administrativos praticados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (SEINFRA). A gestão proativa destes riscos é condição sine qua non para a mitigação de prejuízos ao erário e para a entrega de uma obra que atenda aos padrões de durabilidade e acessibilidade exigidos.





1. TABELA DE ANÁLISE DE RISCOS

Riscos	Consequências	Análise (Prob/Imp/Nível)	Ação Preventiva (Responsável)	Ação de Contingência (Responsável)
Fase 1 - FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO				
R1: Não elaboração ou inadequação do DFD (art. 18, Lei 14.133).	Falta de alinhamento com o planejamento estratégico; atraso no início do processo.	Probabilidade: Baixo	Elaboração do Documento de Formalização da Demanda com justificativa clara. (Ordenador/UGP)	Revisão técnica imediata e reabertura de prazos internos. (Ordenador/UGP)
		Impacto: Baixa		
		Nível do Risco: Baixo		
R2: ETP insuficiente ou desatualizado tecnicamente.	Contratação de solução inadequada; necessidade de refazer o termo de referência.	Probabilidade: Baixo	Realização de estudos preliminares. (Ordenador/UGP)	Suplementação de estudos técnicos. (Ordenador/UGP)
		Impacto: Alto		
		Nível do Risco: Alto		
R3: Erros ou omissões em levantamentos topográficos, geométricos, geotécnicos e hidrológicos.	Aditivos contratuais, necessidade de reforço de subleito, drenagem inadequada, atrasos e aumento de custos.	Probabilidade: Média	Execução de levantamentos completos e conferência técnica rigorosa antes da licitação. (SEINFRA/PROJETISTA/UGP)	Complementação dos levantamentos e revisão do projeto antes da emissão da ordem de serviço. (SEINFRA/PROJETISTA/UGP)
		Impacto: Muito Alto		
		Nível do Risco: Crítico		
R4: Estimativa inadequada de quantitativos ou erro de memória de cálculo	Insuficiência de saldo contratual, necessidade de aditivos, paralisação de atividades da obra.	Probabilidade: Média	Realizar revisão rigorosa e levantamento dos quantitativos de cada item da planilha. (SEINFRA/PROJETISTA/UGP/ORDENADOR DESPESAS)	Complementação dos levantamentos e revisão do projeto antes da emissão da ordem de serviço. (SEINFRA/PROJETISTA/UGP)ORDENADOR Despesas)
		Impacto: Muito Alto		
		Nível do Risco: Crítico		
Fase 2 - FASE EXTERNA DO PROCESSO LICITATÓRIO				





Riscos	Consequências	Análise (Prob/Imp/Nível)	Ação Preventiva (Responsável)	Ação de Contingência (Responsável)
R5: Impugnações ao edital por critérios técnicos, exigências de qualificação ou forma de medição.	Suspensão do certame, atraso na contratação e risco de descontinuidade no apoio técnico às unidades administrativas.	Probabilidade: Baixa	Submeter o edital e seus anexos à análise técnica e jurídica, assegurando a adequada fundamentação dos critérios de habilitação, julgamento e medição dos serviços. (Ordenador/Assessoria Jurídica)	Responder tempestivamente aos pedidos de esclarecimento e retificar o edital, se necessário, com republicação dos prazos. (Comissão/Agente de Contratação/UGP)
		Impacto: Alto		
		Nível do Risco: Médio		
R6: Propostas inexequíveis ou com preços desequilibrados.	Contratação inviável, risco de abandono da obra e comprometimento da qualidade.	Probabilidade: Baixa	Exigência de planilha detalhada e análise rigorosa de exequibilidade na fase de julgamento. (Ordenador/UGP)	Desclassificação das propostas inexequíveis e verificação do equilíbrio econômico-financeiro. (Ordenador/UGP)
		Impacto: Alto		
		Nível do Risco: Médio		
Fase 3 - FASE DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL				
R7: Atraso no cronograma por chuvas, interferências de redes ou falta de material (CBUQ).	Comprometimento de cronogramas de obras, licitações, prestações de contas e prazos de convênios.	Probabilidade: Média	Estabelecer cronograma por ordem de serviço, marcos intermediários, controle de entregas e reuniões periódicas de acompanhamento. (Gestor do Contrato/Fiscal Técnico)	Aplicar notificações, glosas e sanções contratuais cabíveis, redistribuindo prioridades para demandas críticas. (Gestor do Contrato/Ordenador de Despesas)
		Impacto: Médio		
		Nível do Risco: Alto		
R8: Não conformidade do CBUQ (espessura, temperatura, compactação).	Falhas prematuras do pavimento, retrabalho e comprometimento do convênio.	Probabilidade: Média	Controle tecnológico (ensaios), fiscalização intensiva e exigência de certificados. (Gestor do Contrato/Engenharia)	Determinação de correção sem ônus dos trechos não conformes e suspensão da aceitação. (Gestor do Contrato/Engenharia)
		Impacto: Muito Alto		
		Nível do Risco: Crítico		
R9: Problemas geotécnicos do subleito (capacidade de suporte insuficiente).	Aditivos contratuais, aumento de custos e atrasos na execução.	Probabilidade: Média	Estudos geotécnicos prévios e verificação do CBR do subleito antes do início da execução. (Engenharia)	Elaboração de projeto de reforço do subleito e reequilíbrio econômico-financeiro justificado. (Fiscal/Gestor)
		Impacto: Muito		
		Nível do Risco: Alto		
R10: Falhas na drenagem causando erosão e	Degradação prematura, alagamentos, erosões e	Probabilidade: Média	Projeto hidrológico adequado e execução dos dispositivos conforme projeto.	Inspeção técnica e correção ou redimensionamento dos dispositivos de
		Impacto: Alto		





Riscos	Consequências	Análise (Prob/Imp/Nível)	Ação Preventiva (Responsável)	Ação de Contingência (Responsável)
degradação precoce do pavimento.	retrabalho.	Nível do Risco: Alto	(Engenharia/UGP)	drenagem. (Fiscal/Gestor)
R11: Descumprimento de condicionantes ambientais e gestão de resíduos.	Autuações, multas e dano ambiental.	Probabilidade: Média	Exigência de licença ambiental e plano de gerenciamento de resíduos (CONAMA 307). (Contratada/Fiscal Técnico)	Suspensão das frentes irregulares e regularização das práticas de descarte. (Fiscal/Gestor)
		Impacto: Alto		
		Nível do Risco: Médio		
R12: Medições indevidas ou divergentes da execução real.	Pagamentos indevidos e irregularidade na prestação de contas do convênio.	Probabilidade: Baixa	Rotinas de vistoria, relatórios fotográficos e checklists de medição. (Fiscal/Gestor)	Revisão das medições e inspeção complementar antes da liquidação. (Fiscal/Gestor)
		Impacto: Alto		
		Nível do Risco: Médio		
R13: Necessidade de aditivos e de reforço de garantia (art. 618 CC).	Contrato desprotegido e risco de prejuízo em caso de vícios.	Probabilidade: Média	Checklist de aditivos incluindo atualização proporcional da garantia de execução. (Fiscal/Gestor)	Retenção de pagamentos até o reforço da garantia e acionamento da apólice. (Fiscal/Gestor)
		Impacto: Médio		
		Nível do Risco: Médio		
R14: Emissão de Ordem de Serviço sem a garantia de execução.	Execução sem proteção contratual e risco financeiro.	Probabilidade: Baixa	Condicionar a OS à comprovação da garantia de execução prevista no edital. (Ordenador)	Suspensão da OS e notificação da contratada para regularização. (Gestor/Ordenador)
		Impacto: Muito Alto		
		Nível do Risco: Alto		

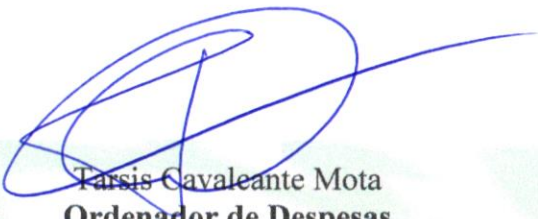


2. Conclusão

A análise técnica detalhada demonstra que a contratação de empresa especializada para execução dos serviços remanescentes de pavimentação asfáltica tipo CBUQ é plenamente viável e imperativa para a conclusão da infraestrutura viária urbana. A utilização dos recursos do Convênio nº 830072 permitirá a melhoria da mobilidade e segurança viária, garantindo a acessibilidade em conformidade com a ABNT NBR 9050 e promovendo a valorização do espaço urbano no Município de Tauá.

Assim, conclui-se pela viabilidade da contratação, desde que as medidas de gestão de riscos sejam incorporadas ao Termo de Referência, ao Edital e à gestão contratual, com definição objetiva dos produtos, critérios de aceitação, rotinas de fiscalização, responsabilidades e mecanismos de controle das entregas, assegurando eficiência, economicidade, qualidade técnica e segurança jurídica à Administração Municipal.

Tauá/CE, 18 de agosto de 2026.


Tarsis Cavaleante Mota
Ordenador de Despesas
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Decreto nº 0102019/2025-GABP


Kleber Correia Lima Filho
Engenheiro Civil
Coordenador Geral
Unidade de Gestão de Projetos – UGP
CREA 8036-D CE

